



16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais

Tema: “40 anos da “Virada” do Serviço Social”
Brasília (DF, Brasil), 30 de outubro a 3 de novembro de 2019

Eixo: Serviço Social, Fundamentos, Formação e Trabalho Profissional.
Sub-eixo: Ênfase em Fundamentos.

SERVIÇO SOCIAL EM TEMPOS DE OFENSIVA NEOLIBERAL: REFLEXÕES ACERCA DOS REBATIMENTOS NA FORMAÇÃO E ATUAÇÃO PROFISSIONAL NA CONTEMPORANEIDADE

Maria Gabrielle Chaves Silva¹
Andressa Lima da Silva²
Mayra Hellen Vieira de Andrade³

Resumo: Este artigo tem por finalidade abordar os processos históricos do Serviço Social brasileiro, resgatando as suas bases tradicionais, Movimento de Renovação profissional e os desafios da atualidade, levando em consideração os rebatimentos do neoliberalismo e neoconservadorismo. Para isso, foi desenvolvido a partir de uma pesquisa bibliográfica, ancorada numa perspectiva teórico-crítica.
Palavras-chave: Serviço Social. “Questão Social”. Neoliberalismo. Projeto Ético-Político Profissional.

Abstract: This article aims to address the historical processes of the Brazilian Social Service, rescuing its traditional bases, professional renewal movement and current challenges, taking into account the refusals of neoliberalism and neoconservatism. For this, it was developed from a bibliographical research, anchored in a theoretical-critical perspective.

Keywords: Social Service. “Social Issue”. Neoliberalism. Professional Ethical-Political Project.

1 INTRODUÇÃO

Ao resgatarmos os fundamentos históricos, teóricos e metodológicos do Serviço Social no Brasil, nos debruçamos acerca de suas construções, fundamentos e direção profissional, perpassando pela gênese, com um viés conservador e moralista, até a atualidade, que em meio a diversos desafios luta pela defesa e efetivação do seu Projeto Ético-Político Profissional.

Este artigo é resultado de uma pesquisa bibliográfica e se propõe, num primeiro momento, a discutir a “questão social” e a sua relação com o Serviço Social no Brasil, bem como a sociedade capitalista. Abordaremos os processos históricos da profissão no país, desde a sua primeira forma de atuação, embebida de um caráter doutrinário, moral e conservador até o processo de sua ruptura, iniciando-se na década de 1960 com um novo processo de revisão acadêmico e profissional através do Movimento de Reconceituação.

¹ Estudante de Pós-Graduação. Universidade Federal da Paraíba. E-mail: gabichavees@gmail.com.

² Estudante de Pós-Graduação. Universidade Federal da Paraíba. E-mail: gabichavees@gmail.com.

³ Estudante de Pós-Graduação. Universidade Federal da Paraíba. E-mail: gabichavees@gmail.com.

Através do Movimento de Reconceituação o tradicionalismo na profissão começa a ser questionado mediante a perspectiva da intenção de ruptura, começando timidamente a se gestar a partir da década de 1960, ganhando densidade no final de 1970. A partir disso, há diversas contribuições para a categoria profissional com o adensamento das pesquisas acadêmicas, sendo um suporte para a sólida consolidação do Serviço Social na academia.

Na segunda parte, iremos discutir os rebatimentos do conservadorismo na formação profissional, levando em consideração o avanço da ofensiva neoliberal. Para isso, iremos analisar a crise de 1970 e as suas consequências para o ciclo do capital, assim como as transformações sofridas na formação acadêmica profissional com as contrarreformas que se intensificaram a partir da década de 1990, apontando fortes consequências na atuação profissional na contemporaneidade.

2 “QUESTÃO SOCIAL”, TRABALHO E SERVIÇO SOCIAL: apontamentos sobre a realidade brasileira

2.1 Exploração do Trabalho e “Questão Social”

A “questão social” define o processo de consolidação do Serviço Social enquanto profissão. Assim, de acordo com Almeida (2016), para chegar a essa conclusão foi necessário um rigoroso estudo sobre as condições de vida e trabalho da classe trabalhadora, que estão a mercê dos interesses burgueses, e que se agudizam a partir da intensificação do trabalho.

O modo de produção capitalista eleva ao máximo as contradições existentes em todas as formações econômico-sociais estruturadas na apropriação privada dos meios de produção. Dessa forma, o capital expressa-se através de mercadorias e do dinheiro, assim o movimento de produção é criado e recriado (IAMAMOTO; CARVALHO, 2014).

Ao deter o monopólio dos meios de produção, a classe capitalista compra e se apropria da força de trabalho daquelas/es que não têm acesso às condições que materializam a produção mercantil. Destarte, a classe trabalhadora além de produzir o valor que posteriormente lhe será devolvido em forma de salário, entrega um sobrevalor chamado de mais-valia, que é o trabalho excedente não pago, apropriado pela burguesia. Para sobreviver, a classe trabalhadora vende a sua força de trabalho, estando, desta forma, dentro de uma lógica de exploração para que possa ter as condições (mesmo que insuficientes) para a sua sobrevivência. Assim sendo, a produção social está atravessada pelas relações sociais entre pessoas que personificam os conflitos de classes sociais antagônicas.

Com o desenvolvimento do capitalismo no Brasil, houve um grande crescimento com relação à industrialização e ao número de trabalhadoras/es ocasionado pela crise de 1929. A partir disso, sucedeu a um avanço generalizado do crescimento da pobreza, impulsionando, dessa forma, o processo de tomada de consciência e de organização da classe operária, o que foi visto com muita apreensão por parte da burguesia.

Nessa época havia muitos conflitos entre a classe trabalhadora e a classe dominante. Deste modo, à medida em que os conflitos de classe foram se agravando e a repressão da polícia tornando-se insuficientes para conter a classe operária, fez-se necessário a construção de novas estratégias, a partir do Estado, para lidar com essa problemática chamada de “questão social”.

De acordo com Yamamoto e Carvalho, a “questão social” trata-se da “manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre proletariado e a burguesia, a qual passa a exigir outros tipos de intervenção, mais além da caridade e repressão” (2014, p. 83-84). A “questão social” é inerente ao modo de produção capitalista e possui particularidades quanto aos seus determinantes históricos, sociais, econômicos e culturais, tendo como fundamento comum a centralidade do trabalho na constituição da vida social.

No Brasil, a “questão social” começou a ser reconhecida pelos governantes e setores dominantes ao longo das décadas de 1920 e 1930 ao começarem a admitir que a mesma poderia deixar de ser tratada como uma questão de polícia, para ser tratada como uma questão política. O que não quer dizer que tenha deixado de ocorrer repressões contra diferentes manifestações sociais de setores populares no campo e na cidade, mas significou um avanço no tocante a mudanças de atitudes, métodos e interpretações (IANNI, 1989), a partir de medidas estratégicas e paliativas para amenizar os conflitos entre as classes. Entre as medidas tomadas pelo Estado e empresariado no enfrentamento e regulação das expressões da “questão social” está a institucionalização do Serviço Social no país, que abordaremos no item a seguir.

2.2 Serviço Social no Brasil: da constituição ao amadurecimento teórico-metodológico

Em um primeiro momento, o Serviço Social tinha o comprometimento com as classes dominantes. Essas/es profissionais tinham um modelo de atuação essencialmente assistencialista e culpabilizavam a população vulnerável pelo lugar ocupado na sociedade, sem fazer uma análise estrutural da realidade, restringindo-se “ao atendimento individual, a partir da concepção de sociedade, que caracteriza o indivíduo em condições estruturais de pobreza, como pessoa fraca, desajustada e incapaz, que precisa de ajuda especial” (OLIVEIRA; CHAVES, 2017, p. 147).

Essa forma de atuação via a “questão social” como um problema moral e religioso, incidindo na integração de suas/seus “clientes” na sociedade, a partir de intervenções nos valores e comportamentos dessas pessoas, buscando sua integração nas relações sociais vigentes. Esse conservadorismo católico que caracterizou os anos iniciais do Serviço Social brasileiro começa, principalmente a partir dos anos 1940, a ser tecnificado ao entrar em contato com o Serviço Social norte-americano e suas propostas positivistas (YAZBEK, 2009).

A concepção positivista, de acordo com Löwy, “afirma a necessidade e a possibilidade de uma ciência social completamente desligada de qualquer vínculo com as classes sociais, com as posições políticas, os valores morais, as ideologias, as utopias, as visões de mundo” (1985, p. 39). Deste modo, através dessa teoria social, a prática profissional é feita de modo imediatista e focalizada, sem expectativas de mudanças concretas no que diz respeito às desigualdades sociais, já que percebe a pobreza como algo natural e, portanto, insuperável.

A partir da década de 1960, o Serviço Social brasileiro começa uma ruptura desse projeto profissional que é alicerçado em práticas positivistas, moralizantes e conservadoras. Desencadeia-se, então, um novo processo de revisão acadêmico e profissional, impulsionado pelas lutas sociais na América Latina, expressando-se nas universidades, Ciências Sociais, Igrejas e movimentos estudantis, tendo particularidades em cada país. Esse fenômeno se manifesta através do Movimento de Reconceituação que representa um marco decisivo no desencadeamento do processo de revisão crítica da profissão no continente.

Esse movimento demonstra a preocupação da categoria profissional em repensar o Serviço Social tradicional, assim como a estrutura excludente do capitalismo. Dessa forma, é proposto um novo projeto de formação profissional levando em consideração as contradições e antagonismos da sociedade capitalista, bem como a exploração de classe, em busca de uma nova sociabilidade. De acordo com Yamamoto, as principais preocupações desse movimento, foram:

[...] em primeiro lugar, o reconhecimento e a busca de compreensão dos rumos peculiares do desenvolvimento latino-americano em sua relação de dependência com os países “cêntricos” [...]. Em segundo lugar, verificam-se os esforços empreendidos para a reconstrução do próprio Serviço Social: da criação de um projeto profissional abrangente e atento às características latino-americanas, em contraposição ao tradicionalismo. Em terceiro lugar, uma explícita politização da ação profissional, solidária com a “libertação dos oprimidos” e comprometida com a “transformação social” [...]. Em quarto lugar, a necessidade de se atribuir um “estatuto científico” ao Serviço Social lança-o no campo dos embates epistemológicos, metodológicos e das ideologias (2008, p. 209).

Porém, o Movimento de Reconceituação não se tratava de um movimento homogêneo, havia fragmentações da categoria profissional. Nesse processo, entram em disputas diferentes projetos de profissão, que são identificados a partir de três direções:

perspectiva modernizadora, reatualização do conservadorismo e intenção de ruptura (NETTO, 2017).

Pela primeira vez, no interior da categoria profissional, rebatiam projetos societários distintos daqueles que atendiam aos interesses das classes e camadas dominantes. Não é preciso dizer, também, que este rebatimento não foi idílico; acarretou polêmicas e diferenciações na categoria – o que, aliás, é uma própria e saudável implicação da luta de ideias (NETTO, 1999, p. 20).

O projeto que ganhará densidade a partir do final dos anos 1970 é a intenção de ruptura “[...] forja coletivamente o Projeto Ético-Político, que tem no Congresso da Virada de 1979, em São Paulo, sua mais emblemática expressão” (BOSCHETTI, 2015, p. 641). A partir da intenção de ruptura inicia-se o processo de distanciamento aos substratos teóricos do positivismo, da prática tecnicista e da reprodução do conservadorismo.

À medida em que esse distanciamento vai acontecendo, o Serviço Social vai se aproximando do método marxista, que contribuiu para produção do conhecimento na área, fornecendo as bases materiais para a construção do Projeto Ético-Político Profissional (PEPP), tendo destaque nessa contribuição por causa do seu pioneirismo da aproximação profícua do Serviço Social sob a interpretação marxista, o livro “Relações Sociais e Serviço Social no Brasil – Esboço de uma interpretação histórico-metodológica” de Marilda Yamamoto e Raul de Carvalho, publicado pela primeira vez em 1982.

Entre as décadas de 1960 a 1980, com a ditadura militar no Brasil e a entrada do Serviço Social no ensino superior, emergem profundas disputas político-ideológicas dentro do Serviço Social, onde teve início “as primeiras manifestações, no meio profissional, de posições que questionem o *status quo* e contestam a prática institucional vigente” (IAMAMOTO, 2013, p. 40). Muitas/os assistentes sociais, docentes e estudantes de Serviço Social juntaram-se aos movimentos sociais a favor da democracia e lutas das classes trabalhadoras.

Foi em meio a esse contexto de organização de assistentes sociais, como trabalhadoras/es e com trabalhadoras/es, que foi realizado o III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, conhecido como “Congresso da Virada”, em 1979 na cidade de São Paulo. Esse Congresso transformou-se na referência do processo de intenção de ruptura, que ganha força e na década de 1980 encontra possibilidades objetivas de disputar a hegemonia do Serviço Social.

A partir desse momento, o Serviço Social brasileiro passa a ter como uma de suas prioridades a formação profissional, seja na dimensão acadêmica com o crescimento das pós-graduações e das pesquisas científicas, ou nas suas dimensões político organizativas através do debate e ações das entidades organizativas (ABEPSS; CFESS, 2011).

É importante ressaltar que o conservadorismo nunca deixou de permear a formação e a profissão, porém essa determinação não se trata de uma característica exclusiva do

Serviço Social, pois refere-se a um “[...] alimento imprescindível da reprodução do capital, e por isso nunca sai de cena. Ou seja, é um alimento central para conservar a sociedade capitalista e sempre estará a seu dispor” (BOSCHETTI, 2015, p. 639).

A partir disso, a busca pela ruptura com o conservadorismo irá expressar-se, dentre outras formas, com a inserção do Serviço Social no debate brasileiro no âmbito da tradição marxista, pois entende-se que a partir do marxismo há um compromisso em analisar a realidade, buscando compreender os fenômenos sociais em sua essência e totalidade, atuando de forma crítica na realidade social.

Desse modo, as/os profissionais comprometidas/os com as lutas democráticas e da classe trabalhadora, passam a disputar espaços nas direções das entidades da categoria, para que assim suas pautas pudessem ser elencadas, imprimindo uma nova direção política articulada com os movimentos sociais e os sindicatos.

Com relação à formação acadêmico-profissional, houve articulação entre a história do país, a crítica do conhecimento e a profissão, culminando em um novo currículo mínimo que dará continuidade à intenção de ruptura, articulando o projeto profissional ao projeto societário contra a exploração e a opressão, sustentado na teoria social de Marx.

Esse movimento trouxe grandes avanços tanto para a formação acadêmica, como para a prática profissional, possibilitando a construção das bases do PEPP, que se materializa nos anos 1990 a partir de três documentos: Lei de Regulamentação da Profissão (1993), Código de Ética Profissional (1993) e as Diretrizes Curriculares (1996), no qual estão relacionados, em larga medida, às lutas sociais.

O PEPP se desenvolve a partir da intenção de ruptura com a origem conservadora da profissão, através do Movimento de Reconceituação, no processo de redemocratização da sociedade brasileira. As/os assistentes sociais envolvidas/os contaram com a reorganização da classe trabalhadora, afirmando o compromisso com a mesma e com os movimentos sociais, expressando-se através do projeto societário defendido pela categoria.

Desse modo, os projetos profissionais “apresentam a autoimagem de uma profissão” (NETTO, 1999, p. 95) e estão alinhados a um projeto societário, que está presente na dinâmica de qualquer projeto coletivo, podendo partir de uma perspectiva mais conservadora ou transformadora da realidade social. Assim, o PEPP do Serviço Social expressa o reconhecimento da categoria profissional como integrantes da classe trabalhadora, fortalecendo suas bases e tendo como horizonte a superação do atual projeto societário. Entretanto, frente ao avanço do neoliberalismo, esse projeto profissional é tensionado pelas novas roupagens assumidas pelas relações entre capital e trabalho, como discutiremos a seguir.

3 OS REBATIMENTOS DO CONSERVADORISMO NA FORMAÇÃO PROFISSIONAL FRENTE AO AVANÇO DA OFENSIVA NEOLIBERAL

O neoliberalismo aparece como o novo *modus operandis* dos países de capitalismo central a partir da década de 1970 com a crise estrutural do capital que incide diretamente nas relações sociais vigentes, expressando-se no esgotamento do padrão de acumulação taylorista-fordista e demonstrando sua incapacidade na manutenção do desenvolvimento capitalista. Nessa perspectiva, a década de 1970 é marcada por uma crise de superprodução, de modo que o excesso de produção esbarrou no processo de circulação de mercadorias. Como afirma Antunes (2009), a produção em massa não encontrou escoamento no mercado nacional e internacional, trazendo grandes impactos ao capital ao não conseguir se realizar na esfera da circulação.

Portanto, o capital propõe como resposta à sua própria crise um processo de reorganização de seu sistema ideológico e político de dominação que tem grande expressão com o advento do neoliberalismo. Essa reorganização se expressa, também, por meio da privatização do Estado e da desregulamentação dos direitos do trabalho, além do desmantelamento do setor produtivo e o processo acentuado de reestruturação da produção e do trabalho. Dessa forma, o capital implementou um vasto processo de reestruturação para a recuperação de seu ciclo produtivo (ANTUNES, 2009).

Um novo padrão de acumulação foi necessário para a recuperação do ciclo expansionista do capital, esse novo padrão de acumulação – identificado por muitos autores, como Pinto (2013), Antunes (2009) e Harvey (2011) como acumulação flexível ou Toyotismo – se mostrou não apenas por meio da reestruturação produtiva, mas também por meio da tentativa de construir um projeto de recuperação da hegemonia do capital nas diversas esferas da sociedade. Nesse sentido, a recuperação da hegemonia capitalista perpassou não apenas o âmbito econômico, mas também na esfera ideológica, com o culto de um subjetivismo e de um individualismo exagerado contra as formas de solidariedade de atuação coletiva.

Em suma, as respostas dadas a crise de 1970, estão inseridas em três eixos, sendo eles, a reestruturação produtiva, que interfere diretamente no processo de produção e reprodução das relações de produção capitalista, sendo caracterizada pela revolução tecnológica e organizacional da produção, tendo como uma importante marca o desemprego estrutural e crônico que impacta incisivamente a classe trabalhadora, visto que promove uma desorganização política dessa classe; a mundialização da economia, que promove uma reformulação das estratégias do mercado mundial, acarretando uma redivisão social e técnica do trabalho em nível internacional e promovendo uma nova relação entre centro e periferia do capital; a terceira e última estratégia proposta pelo capital para saída da crise é a ideologia

neoliberal, a qual promove uma nova relação entre Estado e sociedade civil, sendo a racionalidade neoliberal a sustentação para as transformações ocorridas no processo de trabalho que atinge necessariamente a classe trabalhadora, ao promover um novo perfil das políticas econômicas e industriais do Estado (BEHRING; BOCHETTI, 2011).

O neoliberalismo, embora já seja apresentado como uma das estratégias para a saída da crise de superprodução da década de 1970, se fortalece enquanto racionalidade dominante a partir de 1990 que tem como base a exigência de uma universalização da norma da concorrência, ultrapassando as fronteiras do Estado e atingido os indivíduos em suas relações consigo mesmo, conforme analisa Dardot e laval (2016).

Na década de 1990, no Brasil, consolidou-se o que Behring (2008) chama de contrarreforma. Este termo é usado pela autora ao referir-se às expressões do projeto neoliberal, pois ela afirma que não se tratam de reformas, visto que as expressões do neoliberalismo estão destituídas do conteúdo progressista que a palavra reforma carrega. De acordo com Behring, “o neoliberalismo em nível mundial configura-se como uma reação burguesa conservadora e monetarista, de natureza claramente regressiva, dentro da qual se situa a contrarreforma do Estado” (2008, p. 129).

Com base nesse breve resgate socio-histórico da constituição da sociedade neoliberal e seus desdobramentos, o Serviço Social enquanto profissão liberal marcada pela divisão social e técnica do trabalho sofre grandes transformações em seu processo de trabalho e, sobretudo, em sua formação profissional.

Nesse sentido, é necessário destacar que embora a profissão seja dotada de uma relativa autonomia profissional, está tensionada entre o processo de compra e venda de sua força de trabalho, e assim, depende das correlações de forças que a envolvem, isto é, das relações pelas quais a profissão está inserida e estabelece com seu empregador. Nesse sentido é possível perceber que as relações estabelecidas entre capital e trabalho interferem decisivamente na atuação e na formação dessas/es profissionais, estando condicionados a responder às demandas do capital e das classes mais pauperizadas nessa sociedade (IAMAMOTO, 2015).

Ao se constituir como trabalho assalariado, a/o profissional de Serviço Social é segundo Iamamoto (2015), explorado pelo capital, de modo que seu trabalho se torna um trabalho indiferenciável e alienável por meio das relações sociais contraditórias que permeiam essa sociedade. Nesse sentido, as décadas de 1980 e 1990 representam um período de grandes avanços para a profissão mas, concomitantemente, grandes retrocessos.

A partir das consequências do neoliberalismo, o Serviço Social sofre rebatimentos tanto no fazer profissional, tendo em vista que encontra uma conjuntura adversa a partir da década de 1990, de destruição dos direitos sociais historicamente conquistados e com o

desmantelamento da legislação trabalhista, quanto na formação profissional ao se defrontar com a privatização e o sucateamento da educação pública (IAMAMOTO, 2017).

No que tange a formação profissional da/o Assistente Social a ofensiva neoliberal propicia um espaço para o avanço do neoconservadorismo⁴ não só no interior da profissão, mas em todos os âmbitos sociais (BOSCHETTI, 2015). É possível perceber uma ascensão de valores e medidas conservadoras, como a apologia do livre mercado com a mercantilização dos serviços públicos, o avanço do fundamentalismo religioso, que aprofunda ainda mais a discriminação e a intolerância às diversidades sociais.

O neoconservadorismo se expressa na profissão de forma mais incisiva a partir dos anos 2000 com a contrarreforma do ensino superior, que perpassa não só o Serviço Social, mas todas as áreas do conhecimento, assim o ensino passa a ter ainda mais sujeição ao capital, devendo corresponder aos interesses de vários organismos internacionais, como o Banco Mundial, Fundo Monetário Internacional e a Organização Mundial do Comércio. O objetivo desses órgãos, segundo Boschetti (2015), é criar um sistema de ensino superior padronizado e de caráter global que atenda às exigências da internacionalização da educação para as necessidades do capital.

As consequências dessa contrarreforma do ensino superior refletem na formação profissional que agora tem um ensino padronizado e aligeirado, provocando uma maior competitividade e sujeição do ensino às demandas do mercado, assim como tem um crescimento expressivo da Educação à Distância (EAD) e de instituições privadas voltadas para satisfazerem as necessidades do mercado, sem ter comprometimento com o processo educativo de qualidade.

Boschetti (2015) afirma que o número de profissionais de Serviço Social teve um aumento significativo após a expansão das EAD's, as quais em larga escala não estão comprometidas com a formação profissional crítica, refletindo negativamente e reatualizando os seus traços conservadores profissionais. Com isso, há também a incorporação do pensamento pós-moderno à revelia das diretrizes curriculares, distanciando as/os assistentes sociais do seu compromisso de classe firmado no PEPP e esvaziando o ensino crítico da formação profissional.

Esse retorno do conservadorismo faz com que profissionais sem formação crítica e descomprometida com o nosso PEPP reproduzam ações moralizantes no trato das expressões da “questão social” na sua atuação profissional, apresentando respostas que

⁴ O neoconservadorismo surge a partir dos anos 1930 nos Estados Unidos, tendo sua maior expressão com Irving Kristol (considerado o pai da ideologia neoconservadora), no entanto ganha maior expressão a partir da década de 1980 junto ao fortalecimento do neoliberalismo. É a partir da crise das políticas de bem-estar social que os defensores do neoconservadorismo passam a criticar o papel do Estado no atendimento às demandas sociais, demonstrando um ceticismo na resolução dos problemas societários, sob a interferência estatal. Isso gerou uma nova forma ideológica de analisar o papel do Estado e a sociedade civil, mesclando o anticomunismo, o individualismo e a economia de mercado com o conservadorismo tradicional (PEREIRA, 2016).

culpabilizam os indivíduos por sua situação de subalternização (BARROCO, 2015). Essa moralização do trato da “questão social” tem encontrado grande apoio dos meios de comunicação, sobretudo por meio dos programas sensacionalistas, além dos meios virtuais que tem propagado uma visão simplista das relações sociais, divididas simplesmente entre o bem e o mal.

Com relação a profissão, o enfrentamento ao conservadorismo é de caráter político. Desse modo, é preciso que a categoria profissional esteja organizada com uma base social de sustentação juntamente com as entidades de representação, unidades de ensino, estudantes, professores e profissionais para fortalecer o enfrentamento ao conservadorismo (BARROCO, 2011). Essa prática deve ser constante e coletiva na defesa dos direitos sociais e de apoio às lutas contra todos os tipos de opressão.

Deste modo, percebe-se que a realidade contemporânea aponta para um grande desafio profissional, em meio a conjuntura de destruição das políticas de proteção social, desmobilização da classe trabalhadora, crescente desemprego estrutural, lógica da concorrência exteriorizada aos indivíduos, terceirização, privatização das instituições públicas e da grande moralização da vida social como um todo.

Portanto, diante dessa conjuntura de grandes desafios para a profissão, é necessário que as/os assistentes sociais tenham uma atuação profissional comprometida com o PEPP, reafirmando o seu compromisso com a classe trabalhadora. Um desafio que não é fácil, visto que as/os profissionais também são marcadas/os pela divisão social e técnica do trabalho, portanto também sofrem com os seus rebatimentos. No entanto, a luta para manter a hegemonia da direção social da profissão tem se constituído a melhor alternativa no combate ao avanço do neoconservadorismo no interior da profissão, assim como nos rebatimentos do neoliberalismo.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da discussão exposta neste trabalho, foi possível perceber que o Serviço Social tem sofrido profundos impactos com a ofensiva neoliberal tanto no âmbito do trabalho profissional - através da precarização das condições de trabalho da/o Assistente Social e do desmonte das políticas sociais públicas - quanto na sua formação profissional que vem sofrendo os impactos com o retorno do conservadorismo na profissão, sob novas roupagens, agora como neoconservadorismo.

Esse avanço do neoconservadorismo na profissão tem se mostrado uma tentativa de romper com o PEPP sob a hegemonia da teoria social crítica, propondo pautar a prática e a

formação profissional sob o viés moralizante, colocando o indivíduo como o responsável pela condição de subalternização social que o sistema capitalista promove. E nesse sentido, as instituições financiadas pelas grandes organizações do capital têm contribuído para uma formação profissional aligeirada pautada no ensino voltado para a lógica do mercado, promovendo uma a-criticidade na análise das relações sociais que voltam a ser vistas sob a moralização dos indivíduos e da sociedade.

Assim sendo, percebe-se que os impactos dessa nova racionalidade do capital têm impactado em todos os âmbitos sociais e práticas profissionais e, no caso do Serviço Social, tem resgatado os aspectos conservadores da gênese da profissão, promovendo uma formação voltada a atender aos interesses do capital. Sendo necessário para o seu rebatimento um caráter teórico-metodológico, ético-político e técnico-operativo da categoria profissional que vise combater a incidência dessas expressões dentro da profissão, defendendo uma formação crítica com direção social e política que reafirme o PEPP.

As Instituições de Ensino Superior no Brasil estão em constante processo de contrarreforma com o sucateamento das universidades públicas, popularização dos EAD's e o caráter expresso na lógica de mercado das instituições privadas. Portanto, a materialização da formação universitária torna-se um desafio e exige um especial empenho coletivo das unidades de ensino e entidades da categoria na defesa da preservação e implementação do projeto original, impulsionando a luta pela hegemonia no nível teórico e acadêmico do Serviço Social.

É necessário, em tempos de ofensiva conservadora, elucidarmos a defesa por uma educação pública de qualidade, bem como discussões profissionais críticas em consonância com o PEPP para que as/os profissionais possam “compreender as implicações de sua prática, reconstruí-la e recriá-la no jogo das forças sociais presentes” (IAMAMOTO, 2013, p. 192).

Diante disso, defendemos como horizonte estratégico a luta pela superação das desigualdades e que a apreensão das discussões (potencializadas no âmbito da formação, através das atividades de ensino, pesquisa e extensão) se expresse na prática profissional, aliada ao combate de qualquer tipo de opressão e exploração.

5 REFERÊNCIAS

Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS); Conselho Federal de Serviço Social (CFESS). As entidades do Serviço Social brasileiro na defesa da formação profissional e o Projeto Ético-Político. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 108, p. 785-802, out./dez. 2011.

ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira de. “Questão social” e Serviço Social no Brasil. In: SILVA, Maria Liduína de Oliveira (org.). **Serviço Social no Brasil: História de resistências e de ruptura com o conservadorismo**. São Paulo: Cortez, 2016.

ANTUNES, Ricardo. **Os Sentidos do Trabalho**: Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo Editorial, 2009.

BARROCO, Maria Lucia Silva. Barbárie e neoconservadorismo: os desafios do projeto ético-político. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 106, p. 205-218, abr./jun. 2011.

_____. Não passarão! Ofensiva neoconservadora e Serviço Social. **Serviço Social e Sociedade**, n° 124. São Paulo: Cortez, 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/sssoc/n124/0101-6628-sssoc-124-0623.pdf>

BOSCHETTI, Ivanete. Expressões do conservadorismo na formação profissional. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 124, p. 637-651, out./dez. 2015.

HARVEY, David. **O enigma do capital e as crises do capitalismo**. São Paulo: Boitempo, 2011.

IANNI, Octavio. A questão social. **Revista Ciência & Trópico**, v. 17, n.2, p. 189-202, jul./dez. 1989.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **Serviço Social em Tempo de Capital Fetiche**. São Paulo: Cortez Editora, 2015.

_____. **Renovação e conservadorismo no Serviço Social**. São Paulo: Cortez Editora, 2013.

_____. 80 anos do Serviço Social no Brasil: a certeza na frente, a história na mão. **Serviço Social e Sociedade**, n° 128. São Paulo: Cortez, 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/sssoc/n128/0101-6628-sssoc-128-0013.pdf>

_____. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. São Paulo: Cortez Editora, 2008.

_____.; CARVALHO, Raul. **Relações sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. – 41. ed. - São Paulo: Cortez, 2014.

LÖWY, Michael. **Método dialético e teoria política**. 3. ed. São Paulo: Paz e Terra Filosofia, 1985.

NETTO, José Paulo. A Construção do Projeto Ético-político do Serviço Social Frente à Crise Contemporânea. In: **Programa de Capacitação Política em Serviço Social e Política Social**: módulo 1: Crise contemporânea, questão social e Serviço social – Brasília: CEAD, p. 91 – 109, 1999.

_____. **Ditadura e Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2017.

PEREIRA, Camila Potyara. **Proteção social no capitalismo**: crítica a teorias e ideologias conflitantes. São Paulo: Cortez, 2016.

YAZBEK, Maria Carmelita. Os fundamentos históricos e teórico-metodológicos do Serviço Social brasileiro na contemporaneidade. In: CFESS; ABEPSS. (Org.). **Serviço Social: Direitos Sociais e competências profissionais**. 1ªed. Brasília: CFESS /ABEPSS, 2009, v. 1, p. 143-163.